

1 ATA DA 19ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO FORUM BAIANO DE COMITÊS DE
2 BACIAS HIDROGRÁFICAS – FBCBH.

3 Nos dias 30 de junho de 2020, através da Plataforma virtual Teams, devido à
4 pandemia de Coronavírus, ocorreu à décima nona reunião Ordinária do FBCBH.
5 Estiveram presentes os membros abaixo listados, além de convidados. À pauta
6 constaram os seguintes itens: verificação de quórum; Abertura da sessão; Leitura da
7 ata da reunião anterior; Leitura da Ordem do Dia; Informações atualizadas sobre os
8 Planos de Bacias: contratação e implementação; Cobrança pelo Uso da
9 Água (equipe INEMA); Renovação Eleitoral dos CBH's da Bahia; Apresentação da
10 Minuta de alteração do Regimento Interno do FBCBH; Planejamento para 2020, a
11 partir das demandas dos CBH Baianos – calendário 2020 no cenário da pandemia
12 pela COVID-19; Leitura das comunicações e informações de interesse do plenário;
13 Encerramento.

14 Miriã Caetano da Silva - SECEX iniciou a reunião após a verificação do *quórum*, deu
15 boas vindas aos presentes, sinalizou que esta é a primeira reunião do ano, pois
16 devido ao estado de emergência da pandemia de coronavírus e as restrições para a
17 realização de reuniões presenciais, estas tiveram que ser canceladas, porém a
18 SECEX decidiu retornar as atividades dos Colegiados por meio das reuniões de
19 forma remota e sinalizou que é um momento difícil para todos, para o país, para o
20 mundo, mas ao mesmo tempo é um momento de aprendizado. Informou que o
21 secretário irá fazer a abertura da reunião do FBCBH, porém em seguida ele irá
22 participar de outra reunião. Informou que já aconteceram reuniões virtuais de outros
23 colegiados, assim como reuniões de câmaras técnicas e que estas vem
24 acrescentando certo aprendizado, mas ainda estar em um período de adaptação,
25 pois o comum é o contato, é o olho no olho e isso ajuda muito nas discussões e
26 enriquece, mas infelizmente nesse momento isso não é possível, mas as reuniões
27 virtuais são uma oportunidade para aprender e por outro lado ela possibilita mais
28 encontros, embora regimentalmente tenha uma previsão. Finalizou dizendo que este
29 momento é de reflexão e que a contribuição dos colegiados nesse sentido é
30 fantástica, porque nestes espaços possibilitam as conversas, troca de ideias, e nisso
31 os colegiados tem uma importância muito grande.

32 João Carlos Oliveira da Silva – Secretário SEMA cumprimentou a todos os presentes
33 e externou a satisfação em estar fazendo esse diálogo com o FBCBH, embora o
34 ideal fosse presencial, mas em função da situação da pandemia tem que usar os
35 instrumentos de comunicação que estão à disposição. Informou que ontem teve uma
36 reunião do Conselho Nacional de Recursos Hídricos e hoje vai ter mais uma reunião
37 extraordinária, portanto o tema Bacias Hidrográficas está sendo extremamente
38 discutido. Pediu desculpas, pois tem uma reunião agora na casa Civil e um dos
39 temas que vai ser colocado na pauta é a questão de Utinga e também outras
40 questões ligadas à água. Desejou a todos uma excelente reunião e espera que em
41 breve possa ter a reunião presencial e poder cumprimentar e abraçar a cada um de
42 vocês. Ponderou que ainda tem um tempo para promover um diálogo, alguma
43 questão que vocês achem pertinente colocar.

44 Sérgio Bastos – CBH Recôncavo Norte Inhambupe perguntou se o secretário pode
45 adiantar os assuntos que serão tratados na reunião com a Casa Civil?

46 João Carlos Oliveira da Silva – Secretário da SEMA pontuou que uma das questões
47 que quer tratar com o novo Secretário da Casa Civil Carlos Melo é retomar essa
48 questão da cobrança da água, para ver qual a posição do novo secretário em
49 relação a esse tema e para assim retomar a discussão com vocês.

50 Anselmo Caires – CBH PASO informou que participou ontem, também da reunião do
51 Conselho Nacional de Recursos Hídricos como convidado, foi uma reunião muito
52 proveitosa e com decisões importantes. Sinalizou que o secretário sempre atende
53 aos pedidos do fórum, mas solicitou que tivesse uma reunião extraordinária do
54 FBCBH que o Secretário pudesse participar para estreitar os laços e o diálogo do
55 senhor com o FBCBH.

56 João Carlos Oliveira da Silva – Secretário Sema pontuou que se coloca a disposição
57 do FBCBH para na próxima reunião intensificar o diálogo, pois é extremamente
58 importante e é obvio que Miriã tinha colocado essa reunião de hoje, mas também em
59 função da mudança do Secretário da Casa Civil foi marcada essa agenda para hoje
60 e um dos temas que também vai ser discutido nesta reunião e que direta ou
61 indiretamente está ligada as Bacias Hidrográficas, é que a SEMA está retomando a

62 criação do FBMC e este assunto que estava muito bem adiantado com o secretário
63 Bruno, é preciso retomá-lo com o Secretário Carlos Melo, para que se possa de
64 imediato levar ao Governador para que seja publicado a nova composição do FBMC
65 e com esta questão da pandemia o FBMC e o aquecimento Global são dois
66 assuntos que estão sendo muito discutidos e a questão ambiental pós pandemia
67 também é uma outra preocupação muito grande do Estado, como isso vai acontecer,
68 a questão da água, a questão do desmatamento do Brasil e a preocupação com a
69 imagem do Brasil hoje do contexto ambiental é muito grande. Ontem o Ministro do
70 Supremo tomou uma posição de puxar uma discussão sobre a questão ambiental e
71 a imagem do Brasil, portanto encontra-se em uma pandemia passando por algumas
72 dificuldades de comunicação e de reunião presencial, mas as coisas estão
73 acontecendo e não pode ficar parado e a SEMA está discutindo com os pares
74 retornando um novo planejamento em função dessa nova realidade que está
75 vivendo hoje.

76 Manoel Ailton – CBH SALITRE pontuou que na última reunião do CONERH que
77 participou soube do projeto de revitalização da Bacia do Salitre e, no entanto o que
78 se percebeu é que o Comitê que é o ente que age em primeira instância, inclusive o
79 CBH Salitre tinha um projeto que foi levado ao Ministério do Meio Ambiente e
80 quando esse projeto agora chega, através do Governo do Estado, o Comitê não
81 participa da discussão dos pontos que mais precisam ser debatidos dentro da bacia
82 e o comitê e as comunidades quilombolas que estão na base e abrange as duas
83 bacias do Itapicuru e do Salitre, lidando diretamente com as questões. Ressaltou
84 que não está havendo a verdadeira sintonia entre os que estão na defesa ambiental
85 de verdade e os Órgãos Ambientais. Aqui na Bahia, por exemplo, diz sentir que o
86 INEMA tem seguido uma linha equivocada do que faz, e disse que tem visto a
87 coordenadora do INEMA Márcia Telles seguir uma linha que realmente não é pela
88 função a qual deveria estar, pois coordenar um órgão como o INEMA e não ouvir os
89 presidentes dos comitês, e no caso como representante de comunidade tradicional,
90 que já é inusitado, porque o próprio racismo estruturante não deixa falar. Pontuou
91 mais uma vez a questão do projeto do Salitre para uma bacia hidrográfica com
92 vários problemas e várias soluções também, e frisou a necessidade de o Comitê ser
93 ouvido e o órgão ambiental que está fazendo a gestão na Bahia tem que realmente

94 fazer sua parte de verdade. Finalizou dizendo que o Comitê está disponível para
95 contribuir. Solicitou uma reunião entre a SEMA e o Comitê Salitre para apresentar o
96 projeto.

97 João Carlos Oliveira da Silva – Secretário SEMA pontuou que Manoel Ailton tem
98 toda razão, porém teve-se uma situação em que o Ministério através do Renato
99 colocou este projeto em uma terça feira e na quinta feira ele fazia uma reunião para
100 que se definir-se localidade e quando foi proposto o Salitre eles acataram na mesma
101 hora, até em função da questão do São Francisco e não houve tempo para se fazer
102 uma discussão mais ampliada e assumiu a responsabilidade, porque entre perder o
103 recurso e ampliar a discussão optou por garantir o recurso e pontuou que o INEMA
104 não teve nenhuma participação nessa discussão da localização. Pontuou que
105 retomou essa discussão com o Ministério do Desenvolvimento Regional e eles
106 assumiram o compromisso com a SEMA de não se definir os municípios da Bacia do
107 Salitre e a SEMA poder promover essa discussão com o comitê. Agora o que a
108 SEMA quer garantir é a assinatura do convênio e disse também que é preciso em
109 menor espaço de tempo dar prioridade a instalação dos desalinizadores, tendo como
110 parâmetro os municípios do semi – árido, mas sobretudo com as comunidades que
111 estão mais carentes e necessitando de água: os quilombolas, assentamentos e é
112 importante a CERB definir os poços que estão lá e quais poços poderão suprir de
113 água de qualidade os quilombolas e os assentamentos? Inclusive pontuou que se
114 reuniu com a secretária da SEPRMI, com a SDR para levantar as comunidades
115 quilombolas, os assentamentos e as comunidades que realmente precisam das
116 políticas públicas que pode ser oferecida pela Secretaria do Meio Ambiente. Pontuou
117 que solicitou a Larissa Cayres para no dia 09/07 na reunião do CONERH, fazer uma
118 apresentação do projeto e está torcendo para que dia 09/07 já tenha sido assinado o
119 convênio.

120 Ednaldo Campos – CBH Verde Jacaré pontuou sobre o conflito no Grande, no
121 Ribeirão Boa Sorte, onde o Comitê do Grande solicitou do Comitê do Médio São
122 Francisco para que fizesse a mediação, já houveram três reuniões, oitivas com as
123 prefeituras de Catolândia e Barreiras e também com os usuários da água. Informou
124 que foram enviados alguns ofícios para o INEMA para vê como estar o cadastro das

125 pessoas e as situações de algumas barragens e até então na última reunião da CTIL
126 não teve a resposta do INEMA e também da CODEVASF. A única que deu resposta,
127 referente à qualidade da água foi a EMBASA. Diante disso, solicitou da SEMA e do
128 INEMA que tivesse uma participação maior na atuação desse conflito. Outro ponto
129 refere-se à questão da lagoa de Itaparica, informou que o Comitê do São Francisco
130 já fez um diagnóstico muito bem feito, vai ser investido um aporte de recurso em
131 torno de 3 milhões para fazer a batimetria da lagoa e futuramente quando a lagoa
132 estiver cheia para assim fazer a desobstrução do canal que liga o São Francisco a
133 lagoa e solicitou a necessidade da fiscalização daquela lagoa, foi solicitado
134 fiscalização do IBAMA, porém a maioria dos funcionários passaram dos 60 anos e
135 não pode ir pois estão em quarentena total, o INEMA tem uma equipe mais nova e
136 por isso o Comitê do São Francisco solicitou a atuação dessa equipe para essa
137 fiscalização da lagoa por conta da pesca predatória naquela área, porém o INEMA
138 não deu resposta. O Comitê do São Francisco locou um carro traçado 4 x4 e
139 passou um mês na lagoa de Itaparica com a ajuda da Secretária do Meio Ambiente
140 do município que não tem recurso e ficaram na lagoa durante 1 mês fiscalizando
141 uma série de ações em desacordo com o meio ambiente e o Comitê do São
142 Francisco ficou na obrigação de mais 1 mês alugar o carro para ficar a disposição da
143 Secretaria do Meio Ambiente. Diante do exposto, solicitou que a equipe de
144 fiscalização do INEMA vá até a lagoa de Itaparica para fazer essa fiscalização.
145 Referiu-se aos Planos de Bacias, pois apenas três comitês tem esses planos que
146 estão vinculados ao Comitê do São Francisco e as ações que tem sido feitas aqui na
147 bacia com o plano que fica na ânsia e na vontade de implementar pelo menos a
148 cobrança e não tem conseguido e o comitê do São Francisco vem fazendo muitas
149 ações na Bacia do verde Jacaré, no Paramirim e no Salitre e pode dizer que no
150 médio São Francisco tem sido contemplado com várias ações baseados nos planos,
151 pois se não fossem os planos não tinha nada implementado. Diante disso, solicitou
152 que as bacias sejam contempladas com algumas ações através do Estado, pois tem
153 o plano e ele está para enfeitar estante. Em relação à diminuição de cobrança para o
154 setor agropecuário e para o setor de abastecimento humano, que dizer se o único
155 maior pagador que tem nas bacias são esses dois e diminuição dos valores é melhor
156 não ter cobrança para os comitês e outra coisa refere-se ao cadastro do corrente, foi

157 travada uma batalha já tem quase 02 anos para que se firmasse um termo de
158 cooperação, isso aconteceu mês passado, salientou que os últimos a saberem foi o
159 pessoal do Corrente, isso é um absurdo o Corrente tem que está inserido a CCR
160 Médio tem que estar inserido em todas as tratativas.

161 Miriã Caetano da Silva – SECEX informou que o Secretário só tem mais 05 minutos e
162 era interessante aproveitar esses 05 minutos, sabe que tem outras pessoas inscritas,
163 mas diante do compromisso, ele vai precisar se ausentar.

164 Gustavo Negreiros – CBH Itapicuru parabenizou o trabalho que vem sendo
165 desenvolvido, pois é do senso comum de todos, que a gestão que o secretário está
166 fazendo dar mais espaço, informação, mais respeito, mais resposta aos nossos
167 questionamentos e até uma participação mais direta. Mas como todo mundo tem falado,
168 é um caminho que se precisa seguir existe, pois tem um histórico negativo que é
169 necessário vencer e deixar para trás, porque os CBH'S como um todo precisam ser mais
170 ouvidos, ter maior participação e garantia da gestão descentralizada da lei 9.433.
171 Informou que na Bacia do Itapicuru o maior conflito é justamente contra gestão do
172 Estado em cima da barragem de abastecimento mais importante que tem na bacia que é
173 a barragem de Ponto Novo, a qual o comitê não foi ouvido na fase do planejamento de
174 construção de uma adutora que interliga na verdade duas bacias, a de Itapicuru com a
175 de Jacuipe, então o comitê quer implementar uma alocação porém encontra resistência
176 em parte dos membros do Estado e precisa-se de apoio e ajuda da SEMA para poder
177 implementar esse modelo de alocação. Salientou que a gestão participativa é importante
178 para que a SEMA e os comitês possam ser parceiros e discutir sentados a mesa os
179 problemas que acontecem e quando o comitê se sente alijado de se sentar a mesa
180 acaba desconfiando do que se discuti a portas fechadas. Ao mesmo tempo solicitou a
181 participação do secretário para discutir área de proteção ambiental nas nascentes do
182 Itapicuru e adiantar o convite que será feito oficialmente, para participar de uma live
183 junto com alguns deputados estaduais para discutir isso e dizer que pode contar com a
184 participação do Itapicuru que é interesse acadêmico essa parte das mudanças climáticas
185 e planejamento hídrico.

186 Francisco Ivan Aquino – CBH Sobradinho perguntou ao Secretário como é que fica esse
187 discurso em relação à questão do saneamento, do que foi aprovado a nível Federal,
188 como fica o Estado da Bahia? Porque o discurso hoje da Secretaria que ouviu agora, ele
189 caminha no mesmo sentido que a área do meio ambiente, que vem fazendo essa luta
190 junto ao observatório de Saneamento e o SINDAE está muito forte nessa luta de defesa
191 do saneamento, mas na Bahia o que se percebeu é que a Bahia vai contra todo o
192 discurso que está sendo feito, pois o Governo da Bahia que se lutou para eleger e hoje
193 se vê que a Bahia está acompanhando o Projeto Nacional e o apoio a privatização do
194 saneamento na Bahia.

195 João Carlos oliveira da Silva – Secretário SEMA pontuou que ouviu atentamente as
196 colocações de todos, que são bastante pertinentes, inclusive sinalizou que irá dialogar
197 com o INEMA essas questões de fiscalização em Itaparica e outras amplia a discussão
198 mais se consegue efetividade para tomar as decisões mais acertadas. Com relação às
199 questões das nascentes que vai ser abordado nessa live disse ter uma satisfação muito
200 grande em participar com o deputado Marcelino Galo e com o contemporâneo da escola
201 de agronomia que é um defensor da área ambiental e sugeriu que incluía também o
202 secretário Leonardo da SIHS, porque com essa nova reestruturação do Estado, através
203 do último decreto, a responsabilidade na recuperação de nascentes hoje está com a
204 SIHS, porém não quer dizer que a SEMA vai se furtar e mais uma vez se colocou a
205 disposição de participar da live. E deixou uma mensagem de que é preciso pensar e
206 repensar o marco legal do saneamento que acabou de ser aprovado agora, e a questão
207 da privatização das empresas de fornecimento de água e esgoto e pontuou que na ótica
208 dele as médias e grandes cidades as iniciativa privada vai ter o máximo interesse, mas
209 como vão ficar aqueles municípios e cidades com 10 mil habitantes, então disse da
210 importância de se começar a discutir isso com mais profundidade e se preocupar mais
211 com isso, porque o que está ouvindo é que vai ser uma corrida pelo ouro para privatizar
212 a água e o esgoto nas média e grandes cidades, mas os pequenos municípios e
213 cidades, estão dizendo que vão formar consórcio ou juntar algumas cidades para vê se
214 as empresas tem interesse. A questão do saneamento é histórica, o estado tem sua
215 limitação orçamentária e disse ser necessário despolitizar essa questão e fazer uma
216 reflexão do que é melhor para a sociedade. Continuar sobre o comando do Estado,

217 privatizar um percentual, é necessário fazer essa discussão muito clara, o que não pode
218 é continuar com essa situação que estar ai de quantidade significativa da população
219 estar a margem de água de qualidade, a margem de esgotamento sanitário e essa
220 pandemia é um momento de reflexão, é necessário repensar, sobretudo o ambiental.
221 Pontuou que fez 43 anos no serviço público e existe o trabalho ideal e o possível de se
222 aproximar do ideal, disse que sabe que tem muitas dificuldades, problemas
223 orçamentários, hoje o orçamento do estado está sendo direcionado especificamente
224 para a saúde, por uma situação emergencial sem perder de vista as outras áreas e essa
225 área ambiental vai ser preciso ampliar as discussões e disse estar fazendo isso com os
226 pares e a equipe de trabalho e também salientou a necessidade de melhorar a
227 comunicação com o ambiente externo, com os Comitês, com os Conselhos. Desejou a
228 todos uma boa reunião e infelizmente teve que se ausentar para o compromisso na
229 Casa Civil.

230 Miriã Caetano da Silva – SECEX pontuou que a SECEX está fazendo as reuniões
231 virtuais dos Colegiados com êxito, inclusive atendendo e conseguindo alcançar a pauta
232 proposta, mas isso tem sido muito em razão da colaboração dos participantes, pois é
233 necessário limitar um pouco a fala de cada um, até para ouvir o que é mais importante
234 que é o retorno do que está sendo exposto. Diante disso, pede a colaboração de todos e
235 frisa que o diálogo é do seu perfil, e da maioria ouvir, mas aí vai permitindo, e acaba
236 comprometendo um pouco a resposta. Pede desculpas, pois acaba tendo que interferir a
237 fim de garantir a fala de todos e a conclusão da pauta proposta. Passando para o ponto
238 de pauta referente à ata, esclareceu que esta foi uma ata de eleição, por conta disso foi
239 registrado naquele momento pela mesa e é concluída ao fim da eleição, diante disso é
240 um texto preciso, porque inclusive não há o que se incluir, pois é destinada a eleição,
241 sinalizou que pode mandar em uma próxima reunião previamente, porém a leitura não é
242 longa, pois é especificamente definindo o procedimento e resultado da eleição. Diante
243 do exposto a plenária concordou com a leitura da ata, foram sinalizadas algumas
244 retificações, e a ata foi aprovada na íntegra como foi apresentado, por unanimidade.

245 Anselmo Caíres – CBH PASO no que se refere à pauta, perguntou aos demais membros
246 do FBCBH se incluiria a prestação de contas do Procomitês ou deixaria para a próxima
247 reunião, pois foi questionado esse ponto ter sido retirado de pauta. A plenária decidiu

248 que o Procomitês fique para o próximo ponto de pauta. Passou-se para o ponto de pauta
249 referentes aos planos de bacias, contratação e implementação da cobrança pelo Uso da
250 Água.

251 Eduardo Topázio – INEMA informou que como todos sabem existem cinco planos de
252 bacias concluídos e aprovados pelos comitês, sendo três financiados pelo Projeto do
253 Banco Mundial que são os planos do CBH PASO, CBH SALITRE e CBH VERDE
254 JACARÉ e têm mais recentemente concluído no ano passado os Planos do CBH
255 RECONCÂVO SUL e do CBH CONTAS. No momento o INEMA está fazendo dois
256 planos de Bacias o do CBH CORRENTE e do CBH GRANDE e está com expectativa de
257 lançar edital para fazer o do CBH PARAGUAÇU e do CBH RECONCÂVO NORTE
258 INHAMBUPE ainda este ano, porém este é um ano totalmente atípico, onde parte da
259 equipe técnica está trabalhando em home Office e está tendo dificuldades no dia –a –dia
260 e inclusive tem dúvidas em relações orçamentárias, porque houve uma queda
261 substancial da arrecadação do Estado. Então em relação aos planos de bacias
262 basicamente é isso. No que se refere à cobrança sobre uso da água não está mais
263 sobre a jurisdição da Diretoria de Águas, agora está sobre responsabilidade da Diretoria
264 Administrativa Financeira do INEMA. Mas o que ocorre em relação à cobrança é que tem
265 um comitê que já aprovou, já passou por aprovação no CONERH também das suas
266 resoluções e também já tem um sistema relativamente implantado e é a SEMA que está
267 fazendo através do SEIA, porém existem algumas dificuldades operacionais para
268 implementar, mas já está tudo colocado devidamente em pauta, precisa só implantar e
269 saber como vai fazer o diálogo e debate com os comitês. O único comitê que discutiu
270 sobre isso até agora foi o CBH VERDE JACARÉ que aprovou a questão da cobrança e
271 precisa de uma norma reguladora do Governo do Estado, mas realmente não está
272 atualizado em relação a essa informação.

273 Sérgio Bastos – CBH RECONCÂVO NORTE INHAMBUPE sobre a cobrança o que falta
274 ainda do ponto de vista legal e formal é a publicação do decreto de cobrança do
275 Governo do Estado, o que existe é uma resolução do CONERH dando diretrizes gerais
276 da cobrança, então falta uma peça jurídica para a cobrança. E realmente o comitê que
277 mandou foi o CBH VERDE JACARÉ que veio a câmara técnica do Conselho, mas a
278 Câmara solicitou que o Comitê reformula-se algumas coisas, isso foi enviado para o

279 comitê e não voltou ao Conselho. Mais uma coisa que tem dado discussão e por isso
280 que é bom estar essa regra clara, porque quando começar a cobrança, já houve debates
281 de dizer que a data zero de qualquer comitê ele acumula doze consumos para poder
282 fazer uma média e começar a cobrar a partir do 13º mês, ou seja, como vai ser cobrado
283 e quando vai ser cobrado e essas coisas certamente têm que estar no decreto e isso
284 não tem ainda diretriz. O que precisa ter são as regras, sanções, quando começa, etc,
285 independente da regra ou das diretrizes e valores que o Comitê propôs. Agora qualquer
286 regra precisa passar por uma regra geral que é estabelecida em decreto e não tem nada
287 sobre isso ainda. Sugere que a minuta desse decreto venha mais uma vez para um
288 fechamento de debate. Pontuou que independente de ser SEMA ou INEMA, antes
289 existia uma pessoa encarregada de centralizar, ter as informações e ter a base técnica
290 para debater com os comitês, porém não tem mais essa pessoa. Então quando foi para
291 a área financeira não apareceu ninguém que centralize esses debates e pegue as
292 experiências desses comitês. Diante disso a SEMA e o INEMA precisam definir quem
293 responde por esses assunto?

294 Anselmo Caires – CBH PASO sinalizou que esta discussão foi colocada em pauta agora
295 para o INEMA esclarecer, pois os comitês estão sabendo do que está acontecendo mais
296 ou menos com as mudanças após a casa Civil encaminhar a Assembléia legislativa,
297 onde discutiu no CONERH e não se falou em redução de 70% para cobrança da água
298 bruta no saneamento. Então o que está entendendo é que parece que não estão
299 querendo discutir, foi para Casa Civil e voltou para Assembléia já mudada sem o
300 CONERH ter conhecimento e agora está colocando isso em pauta no FCBH, e essa
301 reunião foi convocada há trinta dias e esse tempo era suficiente para ter todos os
302 esclarecimentos do INEMA para ampliar essa discussão. E Salientou que a cobrança
303 está muito aquém do desejado.

304 Francisco Ivan – CBH SOBRADINHO disse que tem uma dúvida que sempre vem sendo
305 discutida dentro das reuniões do Comitê, que é a questão dos Planos de bacias. O
306 Estado tomou uma posição de centralizar o início dos planos de bacias em algumas
307 regiões, por avaliarem como sendo regiões ricas em relação ao volume de água, só que
308 é importante o plano de bacia também na região do entorno do lardo do Sobradinho,
309 pois a região tem grandes rios, riachos, açudes que são contribuintes muito fortes para o

310 São Francisco. Então o INEMA teve a visão de avaliar o plano de bacia só na questão
311 financeira e como o CBH Sobradinho é um comitê atípico, por ser uma região periódica
312 de rios e riachos que correm para o São Francisco, o comitê praticamente direcionado a
313 cobrança de água vai ficar mais difícil, mas tem que entender que apolítica de gestão,
314 não se resume a questão econômica e financeira, e tem que ver a importância da bacia
315 como um todo. Então o comitê avalia que isso vai ser discutido a médio e longo prazo,
316 não sei se daqui a 10, 20 anos terá um olhar mais positivo em relação à bacia do
317 entorno do Largo do Sobradinho. Pontuou que é necessário refazer esse debate e
318 avaliar essa discussão a partir da importância da bacia para o ecossistema da região e
319 não só pela questão financeira da água. Sugeriu abrir essa discussão seja feita com o
320 São Francisco e o Estado da Bahia para discutir essa questão.

321 Manoel Ailton – CBH SALITRE pontuou que Topázio como um dos representantes do
322 Estado que acompanhou a elaboração do Plano de Bacia do Salitre, discutiu com a
323 empresa que elaborou e com o comitê, é importante também na implementação do
324 plano que você também tenha esse envolvimento, como uma das coordenações do
325 INEMA que acompanhe, pois o comitê do Salitre precisa que o Estado realmente exista
326 nos Recursos Hídricos, haja realmente como está lá no plano em consonância com a
327 bacia e com o comitê que é quem está na base que discute com participação de todos
328 os setores da sociedade sobre as questões da Bacia. Pois não adianta só elaborar o
329 plano contar como número, o comitê quer a efetivação das ações que tem que ser
330 tomadas pelo que foi escutado na base e tem ações na bacia de primeira qualidade,
331 mas por questão de politicagem que tem dentro de todos os órgãos, com pessoas que
332 nunca ajudaram na construção das políticas públicas, a questão ambiental e social,
333 tomando as decisões e indo de encontro à lógica para se ter uma bacia revitalizada.

334 Gustavo Hees – CBH ITAPICURU perguntou o que motiva e determina ao Estado e ao
335 INEMA de discutir a ordem e a importância dos planos de bacias que são realizados? Os
336 comitês precisam entender isso, pois o Itapicuru também abastece um monte de gente e
337 está no futuro caminho de passagem do canal do sertão para abastecer Salvador de
338 água e o Itapicuru precisa está nessa lista. Esclareceu que o Itapicuru já teve um plano
339 de bacia abortado no meio do caminho, por questão de como o Estado gerir e selecionar
340 esse plano e o comitê não entende e ver que ficou para trás na lista, então quer saber o

341 que motiva e quais são as condicionantes e elementos que o Estado usa para escolher a
342 ordem de elaboração dos planos, porque são recursos públicos e o comitê é público que
343 precisa ser atendido por esses planos.

344 Ana Odália – CBH PIJ o plano de bacia é uma questão que o comitê já vem discutindo a
345 alguns anos, inclusive todos já sabem também que o comitê do PIJ entrou com um
346 inquérito civil público, através do Ministério do Meio Ambiente do Extremo Sul, Dr. Fábio,
347 para cobrar da SEMA e do INEMA que cumprisse a lei em relação ao CBH PIJ e a
348 elaboração do Plano de Bacia. O inquérito já está correndo a mais de dois anos e o que
349 o comitê quer saber é se a resposta que foi dada através do documento do MP é uma
350 resposta que o comitê não aceita, e volta a cobrar que o comitê quer que na política do
351 estado e da questão dos recursos hídricos, quais os critérios que são utilizados em
352 relação de prioridade, que documento que diz que o Estado tem que priorizar tais e tais
353 áreas e a questão que foi dita para o comitê foi sobre a viabilidade econômica. Então
354 como é feito esses critérios e quais justificativas utilizadas em relação às quais comitês
355 são prioritários para a elaboração dos planos de bacias, mas isso precisa estar em um
356 documento público para todos os entes da gestão dos recursos hídricos no Estado, para
357 que fique claro, pois é preciso dar uma satisfação para as pessoas da região.

358 Eduardo Topázio – INEMA sugeriu que o FBCBH deveria abrir uma discussão sobre
359 esse assunto, é um debate que está no campo jurídico e é importante discutir o melhor
360 caminho, antes que o decreto saia e tenha conflitos depois da publicação. Uma das
361 funções da diretoria é dar suporte técnico do que é instrumento de política, mas esta
362 parte jurídica está com a Diretoria Administrativa Financeira do INEMA e a diretoria de
363 água não está ausente a este processo através nas eventuais com os comitês, assim
364 como a CODIS dentro do INEMA. Sinalizou que realmente recebeu esse convite ontem,
365 mas pediu desculpas, pois assume as responsabilidades pelo INEMA e pelo Estado.
366 Concorde que esta questão da cobrança algum tempo vinha sendo conduzida pela
367 SEMA, mas mesmo que o INEMA tivesse uma área sido extinta que trata-se desse
368 assunto, mas na prática isso não acontecia pois esta pessoa não tratava do assunto e
369 isso foi uma falha do INEMA, por isso resolveu fazer um ajuste, porque a SEMA tinha
370 tomado para si a questão da cobrança desde as gestões anteriores para conduzir esse
371 processo, aí de fato com as mudanças que ocorreram houve um gap e um vazio, mas do

372 ponto de vista formal só falta na prática o decreto, inclusive o instrumento tecnológico foi
373 desenvolvido, precisa entrar com as características próprias de cada cobrança para ver
374 como vai funcionar e rodar, por isso a cobrança foi para a área Administrativa
375 Financeira do INEMA que é pronto para executar, esperando apenas a publicação do
376 decreto. Porém, disse que não tem um curto prazo para implementação dessas
377 cobranças e isso não vai ocorrer sem um debate com os comitês. Concorde em gênero,
378 número e grau na essência do que foi colocado em relação a plano de bacia, pois plano
379 de bacia é instrumento de política e tem que ter todos e disse que o papel que vocês
380 fazem é importantíssimo no sistema, inclusive em cobrar e disse que tem amor pelo que
381 faz e quer fazer cada vez melhor, porque é servidor público, o fato de estar diretor é
382 menos relevante do que o fato de ser servidor público de carreira. Pontuou que acha a
383 política de recursos hídricos muito mais moderna e avançada porque tem exatamente os
384 comitês de bacias. Fez um breve histórico para que entendam a dinâmica, pontuou que
385 houve um planejamento lá atrás, quando ele ainda era da área de monitoramento, onde
386 se executou várias licitações para construir plano e que no decorrer do tempo elas não
387 surtiram o efeito que era esperado, não concluiu-se essas licitações e isso foi uma dor
388 de cabeça muito grande para o Estado, até para a prestação de contas, as empresas
389 vencedoras nas licitações não terminaram executando os serviços. Informou que quando
390 assumiu a Diretoria de Águas tinha um desses contratos vigentes, parado que era o do
391 Contas e o Recôncavo Sul um contrato para fazer os dois, pois essa é outra estratégia
392 adotada para conseguir economicidade e conseguiu dar cabo a esse processo com
393 muita luta, ganhando a confiança da empresa, mantendo uma boa relação e tem orgulho
394 disso. Em síntese o que determina na realidade as prioridades são dois aspectos: no
395 Projeto SUAP que é um projeto do Banco Mundial, ela tinha uma delimitação de áreas
396 espacial do Estado e nessa delimitação espacial só poderia fazer em seis lugares e em
397 duas áreas, uma delas já havia um contrato em andamento que é o Paraguaçu e o outro
398 houve na época a falta de equipe para poder conduzir que era o Sobradinho. E o
399 Itapicuru infelizmente a empresa vencedora da licitação era a mesma empresa que
400 estava fazendo a do oeste e que agora foi retomada. Então a prioridade é de se fazer
401 todos os planos de bacias e acha que não é correto fazer prioridades por se tratar de
402 instrumento de política, por isso todos tem que estar elaborados, o problema é que o
403 Estado tem limitação de recursos, então vai determinando por alguns tipos de critérios:

404 tamanho da bacia, população envolvida e fonte de recurso para financiar, mas não são
405 questões econômicas. O Paraguaçu tinha recurso do SUAP não executou, porque na
406 época havia um contrato e o Banco Mundial proibia que usasse recursos em um contrato
407 já licitado, mas o contrato não progrediu. O Itapicuru foi contratado pelo recurso do
408 Banco Mundial e não pagou um centavo, porque infelizmente a empresa cheia de
409 currículo e equipe técnica não agiu de boa fé e o INEMA teve que usar o recurso em
410 outras funções, pois não havia tempo de uma nova licitação do Itapicuru, e sinalizou que
411 o Itapicuru está na pauta sim. A questão do Recôncavo Norte é a mesma do Paraguaçu
412 e por isso foi feita uma atividade pela metade na época e utilizou os dez meses que
413 restava de outro contrato de empréstimo internacional que também o foco era essas
414 regiões de abastecimento de água, não era Plano de Bacia, no qual foi feito um plano de
415 ação estratégica do CBH Paraguaçu e CBH Recôncavo Norte, que faz um diagnóstico e
416 um balanço hídrico. Nesse PPA que inicia esse ano de 2020 o INEMA conseguiu incluir
417 a meta de fazer mais 06 planos de bacias, desses seis estão: os dois que estão sendo
418 executados do Oeste e mais quatro, mas esses quatro não vão suprir todos e disse que
419 espera poder ter recursos orçamentários para poder fazer todos os planos de bacias,
420 porque essa é a meta da Diretoria mesmo que tenha uma equipe com 08 pessoas para
421 conduzir todos esses contratos que tem um grau de complexidade, com auditoria do
422 Tribunal de Contas, se perde pelo menos dois meses do ano respondendo a auditoria do
423 Tribunal de Contas. Então as prioridades foram baseadas em decisões “políticas” em
424 função desse histórico anterior, de coisas que já haviam iniciado e que precisavam ser
425 finalizadas. Obviamente onde havia algum tipo de possibilidade de fonte de recurso de
426 outra origem, o processo tem sido adiantado, então Itapicuru está realmente na lista. O
427 largo do Sobradinho é um projeto icônico pela característica de ser seco, só ter água em
428 tempo intermitente, tudo isso vai ter que ser inovador e pensar nesse assunto e se
429 comprometeu a se colocar a disposição dos comitês até para abrir um debate de como
430 construir um plano de bacias com essas características. As RPGA’S da Bahia são cheias
431 de problemas, de falhas de estruturas, mas tem que cumprir o que está na lei. Concluiu
432 dizendo que as prioridades foram nesse critério político, mas não se pensou em hipótese
433 alguma deixar nenhum comitê de fora e a meta é fazer todos, e se colocou sempre à
434 disposição dos Comitês, mas sinalizou que esta parte dos comitês é tratado por uma
435 coordenação específica e as vezes tem um delei e um problema de informação que não

436 chega até a Diretoria de Águas. Ressaltou que o Estado tem limitações orçamentárias
437 sim e o INEMA tem lutado para fazer da melhor maneira todos esses processos, de
438 forma que se consiga viabilidade econômica financeira para fazer e sinalizou ainda que
439 com a pandemia e com a queda de arrecadação que o Estado tem, existe uma
440 dificuldade maior e só consegue executar o que está no PPA, então está se vivendo um
441 momento pior ainda nesse aspecto. Perdeu-se uma grande janela de oportunidade
442 quando foi feito o projeto do Banco Mundial, porque se tinha na época a oportunidade de
443 fazer 08, mas o fato de ter iniciado várias contratações já com recurso do próprio Estado
444 que não acabou e isso atrapalha o INEMA em um planejamento orçamentário dentro do
445 próprio Estado, porque eles também alegam de que começou e não executou e isso
446 entra no limbo e é cortado o orçamento no ano seguinte e isso atrapalhou alguns
447 entrarem no recurso do Banco Mundial e salientou que foram esses conflitos que
448 ocorreram que fez com que assumisse esta Diretoria, pois acharam que essa seria uma
449 solução para esses tipos de problemas. Assumiu o compromisso com todos que vai
450 trabalhar para fazer todos os Planos e conta com o apoio dos comitês de cunho político,
451 para que isso entre no orçamento, porque o que tem planejado para o PPA dos
452 próximos 04 anos é fazer mais seis planos, além dos 05 que estão prontos, aí ficariam
453 faltando 03 e seria obrigação do Estado. Ressaltou que a lista não está fechada, vai
454 fazer seis ainda, mas o que colocou é que está trabalhando agora o primeiro ano do
455 PPA, que é o plano de bacias do CBH Paraguaçu, CBH Recôncavo Norte e CBH
456 Itapicuru nessa ordem, porque o processo foi iniciado antes e foi interrompido, além
457 disso, tem os planos de bacias do CBH Grande e do CBH Corrente, e tem mais um para
458 ser incluído, pode ser que seja o CBH PIJ, porém vai ter que vê qual a prioridade e essa
459 prioridade é política , ou seja, resolver o passivo, o que iniciou e não terminou.

460 Anselmo Caires – CBH PASO pontuou que o que Topázio esclareceu deu para
461 tranquilizar mais e deu até uma esperança, e ressaltou que sabe do comprometimento
462 de Topázio.

463 Miriã Caetano da Silva – SECEX esclareceu que como a reunião foi agendada de 9h30
464 às 13h30, então a plataforma Teams está restrita a esse horário, só para alertar do
465 tempo.

466 Francisco Ivan – CBH Sobradinho esclareceu que chegou na região do vale do São
467 Francisco em 73 e conheceu o Salitre perene, conheceu o Riacho Grande e o Riacho
468 dos Algodões que praticamente eram rios perenes. Se for analisar na região Nordeste
469 existem vários riachos, que são considerados como rios pelo volume de água e disse
470 que justamente por falta de uma política do Meio Ambiente que esses rios secaram,
471 tornando – se desse modo rios temporários, justamente por conta da degradação
472 ambiental e por falta de política e fiscalização em todos os seus aspectos.

473 Marcos Bernardes – CBH FRABS é muito importante que se reflita sobre o fato de ter
474 para aqueles locais e aqueles comitês que já possuem planos aprovados, que eles
475 sejam efetivamente colocados em prática, e nesse ponto é solidário ainda que o FRABS
476 não tenha um plano de bacias. Salientou que faz falta se buscar outras fontes de
477 financiamento, porque de fato o estado sozinho está em uma situação delicada fiscal,
478 econômica e o que se tem que buscar são outras formas, assim como Odália colocou no
479 PPA da Costa do Descobrimento é a mesma coisa, o comitê FRABS conseguiu fazer
480 uma articulação e sensibilizar as pessoas e colocar como prioridade, agora o fato é que
481 a prioridade na região ocorre, mas de fato depois ela não reverbera em Salvador, então
482 é muito importante que tenha algum tipo de mapeamento dessas prioridades, porque se
483 for trabalhar na lógica de só quando houver escassez é que vai se tomar uma
484 providência, aí talvez seja tarde demais, uma vez que deve se preocupar em não faltar,
485 depois que falta é aquele deus nos acuda e cada um por si. Então é um pouco de se
486 planejar e ter aí indicadores e planejamento efetivo para poder saber em que década vai
487 trabalhar essas questões dos planos de bacias, até porque se perceberem essa
488 discussão não pode estar separada da discussão do saneamento. Tem-se para 2040 a
489 universalização do saneamento, espera que 2040 a Bahia tenha todos os planos a de
490 bacias aprovados e efetivados na Bahia.

491 Ednaldo Campos – CBH Verde Jacaré pontuou que tem um relacionamento antigo com
492 a CODIS, com o INEMA e com a SEMA e percebe que esse discurso é disvirgulado e
493 sem ponto final, porque sempre é falado a mesma coisa do empenho e por incrível que
494 pareça esse empenho está deixando os comitês cada vez mais desacreditados da
495 participação do Estado em trabalhar para a melhoria dos Comitês. E não adianta ter
496 planos de bacias e não implementar, porque pelo menos destes que já estão prontos

497 comecem a implementar as ações e faça parceria com o Comitê do São Francisco e tem
498 que partir para implementação. Não adianta de elaborar todos os planos e estes ficarem
499 enfeitando uma estante.

500 Anselmo Caíres – CBH PASO agradeceu os esclarecimentos feitos por topázio e ao
501 mesmo tempo e informou que em relação a cobrança o FFCBH vai ver uma maneira de
502 voltar a discussão da cobrança, solicitar com antecedência ao INEMA para trazer uma
503 pessoa para esclarecer em que nível está a discussão da cobrança no estado da Bahia.

504 Eduardo Topázio – DIRAG/INEMA se comprometeu em relação à cobrança a mandar
505 um relatório para o FFCBH no prazo de 15 dias, para atualizar onde parou no ano
506 passado e procura saber como evoluiu do ano passado para cá. Com relação aos
507 planos de bacias disse que está disponível para marcar uma reunião para discutir e
508 sanar mais dúvidas. Esclareceu que tudo que os comitês estão solicitando é pertinente e
509 ao contrário do que os comitês estão imaginando, vocês estão apoiando, porque tem
510 interesse em fazer todos os planos.

511 Passou para o próximo ponto de pauta, referente à renovação eleitoral dos comitês de
512 bacias, aqueles que estão vencidos os mandatos dos seus membros de diretoria, Alguns
513 comitês deliberaram ad referendum, solicitando a prorrogação dos mandatos dos
514 comitês por mais um ano. Pontuou que assistiu a reunião ontem do Conselho Nacional
515 de Recursos Hídricos, onde quatro comitês federais pediram prorrogação de mandato na
516 mesma condição dos comitês da Bahia, então gostaria que tomasse como exemplo
517 esses comitês federais e ontem na reunião do Conselho Nacional de Recursos Hídricos
518 foi validada a prorrogação desses quatro comitês federais, então se o Conselho nacional
519 já entende a prorrogação, então diz que a Bahia deve levar o Conselho Nacional como
520 base por ser a instância maior e os comitês estaduais decidam pela prorrogação
521 daqueles comitês que tenham mandato vencidos.

522 Miriã Caetano da Silva – SECEX esclareceu que em relação à pauta do CONERH, este
523 ponto estava na pauta da reunião do Conselho e em razão de não se ter esse consenso
524 foi sugerido que tirássemos da pauta e já foi reconduzido para a próxima reunião no dia
525 09/07 e entende que se precisa chegar de uma forma mais consensual e que se melhor

526 esclareça para os conselheiros o que está sendo proposto pelos comitês. Quando se
527 adiou e conciliou com essa pauta de hoje foi no sentido de sendo aqui uma plenária
528 interessante para que todos os comitês juntos façam o encaminhamento mais
529 consensual e sintetizada ao CONERH, porque lá realmente não dar para ficar discutindo
530 coisas que se pode previamente levar melhor elaborada.

531 Thamires Gomes – CODIS/INEMA pontuou que no final do ano passado os comitês
532 decidiram que ia primeiro ser votado no comitê, já que este ia deliberar e depois traria
533 para a reunião do FBCBH as deliberações feitas por cada comitê fizeram já quer o
534 presidente não ia deliberar ad referendum. Porém aconteceu a pandemia, mas alguns
535 comitês já fizeram suas reuniões já deliberaram, no entanto em conversa com Miriã
536 ontem informou que a maioria dos comitês estão prorrogando os mandatos por um ano.
537 Depois aconteceu uma reunião do Comitê Recôncavo Norte que não foi colocado o
538 prazo de um ano, fora isso todos os comitês ou colocaram em pauta ou já deliberaram e
539 outros comitês terão reunião no início do mês, que estão com pauta e que
540 provavelmente irão deliberar sobre esse assunto. Sinalizou que as deliberações estão
541 na CODIS e que só não encaminhou ainda para a SECEX, porque está aguardando as
542 deliberações dos outros comitês que terão reunião no início do mês, para encaminhar
543 todas as deliberações juntas.

544 Gustavo Hees – CBH ITAPICURU pontuou que recorda da reunião de dezembro em que
545 esse assunto foi colocado, porém ainda não existia discussão sobre pandemia e a
546 discussão era pura e simplesmente em cima das eleições municipais que estavam para
547 ocorrer esse ano. A lógica da pandemia veio e a pandemia impõe uma condição muito
548 maior que as próprias eleições municipais estão para ser reconduzidas e remarcadas
549 em função dessa pandemia, porém pediu primeiro para que pense isso, porque agora se
550 mudou a motivação, mas o intuito continua sendo o mesmo simplesmente aumentar um
551 ano e se as eleições forem para o ano que vem? Então estar correndo um risco muito
552 grande, lembrando que o próprio Supremo Tribunal Federal está com uma reticência
553 muito grande em cima de prorrogar as eleições e eles mesmos já colocaram que podem
554 prorrogar as eleições, mas não os mandatos dos prefeitos, porque existe uma discussão
555 muito grande, o pleito é uma coisa e o mandato é outra, porque tem a visão de que isso
556 é para não abrir precedentes legais. Então tem que pensar direito o que está colocando,

557 lembrando que os presidentes dos comitês são eleitos representantes institucionais e
558 cidadãos que estão como representantes dentro destes comitês, para não se abrir
559 prerrogativas legais para que outros pleitos possam ser no futuro o que não vai gostar.
560 Outra questão é que os comitês podem sugerir isso, o FFCBH não tem a prerrogativa
561 legal de tomar essa decisão, quem tem que tomar a decisão da prorrogação dos
562 mandatos é o CONERH a partir de solicitações dos comitês. Deixou claro que o Comitê
563 do Itapicuru foi contra a prorrogação dos mandatos por um ano por conta das eleições
564 municipais, porém lembrou que o comitê ainda não chegou a discutir em questão da
565 pandemia.

566 Marcos Bernardes – CBH FRABS esclareceu que a reunião do comitê vai ser amanhã e
567 nesse sentido defendeu a opinião dele pessoal de que é necessário sim a extensão de
568 mandato, porém sinalizou que não fala pelo comitê e torce para que se tenha uma
569 definição o mais rápido possível. E seria interessante a mediada que a ata do Conselho
570 Nacional de Recursos hídricos esteja disponível para que os comitês tenham acesso.

571 Odália Sena – CBH PIJ pontuou que o comitê decidiu em plenária na última reunião
572 sobre a questão do adiamento dos mandatos pelo prazo de um ano, inclusive consta em
573 ata essa deliberação, porque já se vinha com aquela discussão anterior em relação às
574 eleições e depois veio a pandemia. Sinalizou que quem for fazer a ata, olhe o chat da
575 reunião, porque muitas vezes as pessoas pontuam lá também as questões.

576 Sérgio Bastos – CBH RECÔNCAVO NORTE INHAMBUPE pontuou que na semana
577 passada o comitê deliberou a prorrogação do mandato até que exista um processo de
578 eleição. Foi muito debatido e a votação foi apertada, mas prevaleceu essa decisão e
579 todos favoráveis ao adiamento, a única questão foi em estabelecer prazo ou não. E a
580 discussão foi o seguinte se fazer um processo eleitoral durante a pandemia, significa
581 você mobilizar, receber inscrições, validar essas inscrições, ou seja, tem todo o
582 cronograma com as fases das eleições que todos conhecem que valida e sustenta a
583 eleição e isso vai se tornar muito difícil de executar com a pandemia, então a posição
584 nos debates prevaleceu a posição de prorrogar os membros até que o processo eleitoral
585 aconteça da forma que sempre aconteceu, por que ai vai ser uma eleição legítima e
586 pode ser que ocorra até antes de um ano e por isso não foi estipulada uma data e por

587 isso fez uma forma similar a que os dois Conselhos fizeram de prorrogar o mandato dos
588 membros até que o processo eleitoral possa acontecer, mas ponderou que essa é uma
589 decisão de cada comitê e claro que o CONERH pode não concordar ou fazer outro tipo
590 de proposta.

591 Miriã Caetano da Silva – SECEX esclareceu que para o CONERH é importante que leve
592 uma proposta, então o que está entendendo é que vocês tem no mínimo aí duas
593 proposta uma de o comitê que decidiu pela prorrogação até que se conclua o processo
594 eleitoral e outra proposta que os comitês estabelecem o prazo de um ano. No caso do
595 CONERH foi possível, pois tem essa previsão no regimento e a prorrogação do mandato
596 do Conselho tomou como base a fundamentação e o dispositivo do regimento, o qual
597 prevê que em situações excepcionais aja uma prorrogação, então teve esse respaldo.
598 Entende que o Conerh tem sim dentro das suas competências a aprovação, mas é claro
599 que o CONERH vai considerar o que está sendo levado para deliberar. Diante disso,
600 sugere que leve uma proposta sistematizada para o Conselho do que está sendo
601 proposto. Esclareceu que a Reunião do CONERH é dia 09/07 e este ponto da
602 prorrogação dos mandatos dos comitês constam na pauta. Disse que é importante no
603 dia da Reunião do CONERH alguém do FFCBH ou Thamires apresentar a proposta
604 para que o Conselho entenda o que está ocorrendo de uma forma geral.

605 Thamires Gomes – CODIS/INEMA pontuou que os motivos das prorrogações do CBH
606 Itapicuru e CBH Verde Jacaré são diferentes. O que está fazendo aqui é a motivação da
607 renovação da prorrogação no momento dos membros devido à pandemia do COVID. Em
608 nenhum momento se tem nenhuma deliberação por causa de eleição. O intuito é
609 prorrogar por causa da pandemia, já que não tem como fazer uma mobilização ampla.

610 Anselmo Caires – CBH PASO pontuou que aquele comitê que já deliberou a
611 prorrogação até que aja uma mobilização para de fato existir uma eleição é um ponto,
612 levar em consideração as deliberações dos comitês pedindo a prorrogação por um ano,
613 só existe uma divergência de como definir a prorrogação, mas ponto que a maioria dos
614 comitês que faz parte do FFCBH é unânime o adiamento. Então solicitou que todos os
615 comitês emitam a afirmação de todos de que o CONERH deva acatar as decisões dos
616 comitês nas suas deliberações.

617 Miriã Caetano da Silva – SECEX a proposta de Anselmo é que saia daqui hoje o
618 encaminhamento ao CONERH no sentido que o Conselho acate a deliberação de cada
619 comitê em relação à prorrogação dos mandatos.

620 Manoel Ailton – CBH SALITRE quando os comitês fizeram a deliberação, é lógico que o
621 CONERH já está entendendo tudo isso, pois os membros do CONERH estão ligados de
622 alguma forma a questão das Bacias Hidrográficas e sinalizou que não precisa muita
623 preocupação, pois acredita que será aprovado pelo Conselho, devido à necessidade que
624 tem devido a pandemia.

625 Anselmo Caires – CBH PASO diante das discussões colocou em votação a aprovação
626 de todos os comitês que representam o FBCBH em aprovar ou não encaminhamento de
627 prorrogação dos mandatos dos comitês para o CONERH, de acordo com a deliberação
628 de cada comitê.

629 Miriã Caetano da Silva – SECEX salientou que a partir de hoje quando o FBCBH
630 formalizar o encaminhamento e volta a dizer que o fórum fará essa exposição do ponto
631 no CONERH, lembrando que tem membros do FBCBH que são representantes no
632 CONERH. Deixar claro que a proposta vai ser submetida ao Colegiado maior que é o
633 CONERH, pois a plenária do CONERH é soberana nesse sentido.

634 Francisco Ivan – CBH SOBRADINHO pontuou que a pandemia praticamente travou as
635 pautas dos comitês, se nas reuniões presenciais já tem dificuldade, imagine fazer um
636 serviço de mobilização em um processo como esse. Ponderou que essa pauta deveria ir
637 para o CONERH com uma única proposta, tentando chegar a um consenso, pois se
638 sabe que quando vai para debate, muita gente faz o debate político e muita gente gosta
639 de ser contra A ou B e fazer discurso em cima de duas propostas até para poder marcar
640 posição.

641 Demóstenes Nunes - CBH GRANDE pontuou que se fosse uma eleição apenas dos
642 membros da diretoria do comitê daria para fazer virtualmente, porém trata-se de uma
643 eleição para a nova composição do comitê e por conta disso envolveria uma mobilização
644 muito grande e não se pode colocar em risco a saúde das pessoas. Diante disso, propôs
645 que o FBCBH deliberar para o CONERH uma proposta de resolução deixando as

646 eleições a critério dos comitês de bacias, assim os comitês teriam segurança jurídica
647 pelas suas deliberações, pois a resolução dar base jurídica para os comitês definirem os
648 critérios de eleição.

649 Sérgio Bastos – CBH RECÔNCAVO NORTE INHAMBUPE como se não tem prazo em
650 relação ao fim da pandemia esse é o batente, então é como foi colocado não se pode
651 por em risco pessoas por causa de uma eleição, então o limitador e que acha que o
652 CONERH deve se debruçar é sobre como tratar esse assunto enquanto as resoluções
653 do Estado e enquanto tudo isso se mantém, porque nada vai mudar até que estas
654 resoluções ou limitações ocorram. Fora isso todos concordam com o adiamento, aqueles
655 que determinaram que o adiamento tem prazo definido, nenhum problema, porém se a
656 pandemia permanecer e este prazo de um ano vencer, os comitês terão que fazer nova
657 reunião e estabelecer um novo prazo, mas isso é decisão de cada comitê. Diante disso,
658 não ver problema nenhum na base jurídica, desde que o CONERH acate as decisões
659 dos comitês, o conselho pode aprovar mesmo que sejam diferentes, isso não importa.

660 Marcos Bernardes – CBH FRABS pontuou que tem que lembrar que existe um decreto
661 de calamidade pública, decretado pelo Governo Federal, então assim é importante
662 justificar a deliberação aqui, diante do decreto que obviamente a persistir a pandemia ele
663 pode ser estendido e renovado, tem também a decisão do Conselho Nacional de
664 recursos Hídricos e disse que é necessário citar explicitamente a pandemia.

665 Miriã Caetano da Silva – SECEX esclareceu que foi inclusive o que embasou o
666 encaminhamento da SECEX em relação ao mandato do Conselho e disse que o papel
667 da SECEX nesse sentido é de encaminhar o que aqui for deliberado, para o CONERH.
668 Disse que no CONERH funcionou e conseguiu essa aprovação pelas razões que Sérgio
669 disse. Quando se faz o encaminhamento ao CONERH no sentido de que seja então,
670 aprovado conforme deliberação de cada comitê se resguarda aquilo que foi decidido em
671 nível de comitê. Agora tem o outro lado real, estabelecer prazos nessa época está muito
672 difícil, mas caso necessário aqueles que determinaram datas vai ter que fazer todo esse
673 procedimento novamente.

674 Anselmo Caires – CBH PASO diante dos esclarecimentos feitos o FBCBH apóia as
675 decisões dos comitês e pede ao CONERH para apreciar a prorrogação das eleições dos
676 comitês, baseando no estado de calamidade pública e seguindo o exemplo do Conselho
677 Nacional de Recursos Hídricos em prorrogar os mandatos dos comitês Federais. Todos
678 concordaram com a proposta. Solicitou que Silvio Santos faça o documento de
679 encaminhamento da proposta dos comitês para o coordenador do FBCBH assinar e
680 encaminhar ao CONERH e se colocou a disposição para apresentar a proposta dos
681 comitês na Reunião do CONERH.

682 Miriã Caetano da Silva – SECEX como sempre procede nos pontos de pauta, mas é
683 interessante definir quem vai expor a proposta no CONERH com essas considerações
684 no dia da reunião.

685 Passou-se para o próximo ponto de pauta referente à alteração do regimento Interno.

686 Walter Guerra – CBH SALITRE pontuou que trabalhou a alteração do regimento interno
687 juntamente com Silvio Santos e através dos regimentos internos de outros fóruns
688 nacionais. Sinalizou que não tem muita alteração, são algumas coisas que queria dar um
689 diferenciamento, porque hoje basicamente o regimento do FBCBH remete ao presidente
690 e entende que são três setores que funcionam dentro do comitê, então toda a estrutura
691 baiana é tripartite, diante disso não pode que um segmento apenas decida por todo o
692 comitê. Sinalizou que o regimento está sendo projetado e que devido ao tempo vai
693 mencionar os pontos em que houve sugestão de alteração, para que todos conheçam e
694 possam contribuir.

695 No artigo 1º menciona que o Fórum Baiano é uma instância colegiada existente no
696 território da Bahia e interestadual. Isso significa que vai remeter aqueles comitês que
697 fazem parte de mais de um Estado, porém disse que não sabe se o FBCBH tem essa
698 competência exclusiva de deliberar sobre uma coisa que ultrapassa seu limite, então
699 como não tinha essa certeza e foi um ponto de discordância com Silvio foi colocado essa
700 observação para que se tenha essa discussão junto à plenária.

701 No artigo 2º referente aos princípios do FBCBH houve uma alteração: foi
702 acrescentado um princípio que não tinha no regimento, mas estava no Fórum

703 Capixaba e achou importante falar um pouco da autonomia dos comitês membros do
704 Fórum, ficando a redação da seguinte forma: II) A autonomia dos Comitês membros
705 do Fórum: o Fórum facilitará a interlocução do conjunto dos comitês com órgãos ou
706 instituições estaduais e federais, sem substituir ou suplantando o relacionamento direto
707 dos Comitês com estas instâncias; No item III disse que não era necessário colocar
708 compostos por acesso livre a telefone, computador, impressora, pois isso não é
709 necessário isso está nos princípios do Fórum, mas se vocês entenderem que além
710 do comitê que geralmente o presidente do comitê é um dos membros do FBCBH, ele
711 já vai ter isso em algum local. Ficando a redação da seguinte forma: III) O
712 dinamismo e a agilidade: o Fórum disporá de estrutura mínima e ágil para o
713 cumprimento de sua missão.

714 No §1º do artigo 6º menciona que os membros do FBCBH terão mandatos de quatro
715 anos, isso é claro, mas hoje na atual conjuntura a grande parte dos comitês baianos,
716 exceto o Salitre ele muda o presidente a cada dois anos, então o membro que tomou
717 posse ele não vai ser o mesmo presidente ao final dos quatro anos. Então tem que
718 ajustar isso aí ou se vai ser por dois anos que vai coincidir com o tempo do
719 presidente, embora o mandato seja de quatro anos, é só para justificar lá na frente.

720 No artigo 8º houve algumas alterações: §1º os representantes dos segmentos de
721 cada comitê possuem direito a voz nas assembleias, porém se nos comitê e em
722 todos os Conselhos são tripartites, porque no FBCBH não é também tripartite? Não
723 teria sentido, porque aí seria uma assembleia de presidentes e não do FBCBH.
724 Então a mudança fundamental que entendeu como significativa é justamente os
725 membros eleitos por cada comitê vai representar seu segmento junto ao FBCBH,
726 seja ele usuário, sociedade civil ou poder público. Diante disso o texto do §1º ficaria
727 assim: Os representantes dos segmentos de cada Comitê possuem direito a voz e
728 voto nas assembleias. Suprimindo o restante do texto que havia na redação anterior.
729 E toda essa mudança vai interferir nos §2º e §3º, porque quando for computar o
730 quórum vai ver que quem tiver lá vai votar, não necessariamente o presidente. Diante
731 disso exclui os parágrafos 2º e 3º.

732 No que se refere ao artigo 10º as competências da plenária diz que uma das
733 competências são: apresentar propostas, pedir vista de documentos, discutir e votar
734 as matérias submetidas ao FBCBH; votar e ser votado para os cargos previstos

735 neste Regimento. Se anteriormente sinalizava que só quem votava era o presidente,
736 já é um ponto incoerência que existe no regimento interno.

737 No que se refere ao § 3º do artigo 11º pondera que o prazo de trinta dias para
738 convocação não existe em quase nenhum coligado, então talvez seja porque seja
739 mais difícil concentrar todo mundo. Mas agora com as reuniões virtuais fica difícil de
740 obedecer a essa antecedência dos trinta dias para convocar as reuniões ordinárias e
741 20 dias para reuniões extraordinárias. Então se os comitês em sua maioria já
742 adotam um modelo diferente, não ver porque manter esses prazos de convocação.

743 Miriã Caetano da Silva – SECEX pontuou que esses trinta dias da convocação, inclusive
744 é o que tem previsão para o CEPRAM e pela prática percebe que esse prazo longo tem
745 haver com se organizar a agenda e também a organização dos pontos que serão
746 discutidos. Mas na experiência da SECEX percebe que se previamente a convocação já
747 tem uma discussão dos pontos isso já ajuda muito. Pontuou que está se trabalhando de
748 uma forma excepcional, recebe a pauta da coordenação com 29 dias e teve que soltar a
749 pauta naquele dia, então se essa discussão é prévia ajuda muito a minimizar esse prazo
750 que se está falando.

751 No § 5º do Artigo 11º que menciona que deverão estar disponíveis na página de rede
752 mundial de computadores do FBCBH, é um termo que vai se repetir o tempo todo e acha
753 que não precisa estar no regimento interno, diante disso estar sendo solicitado a
754 supressão desta parte, ficando o § 5º da seguinte forma: A pauta das reuniões,
755 ordinárias e extraordinárias, acompanhadas da documentação completa dos assuntos a
756 ser objeto de deliberação, será enviada aos membros titulares e suplentes do FBCBH
757 nos prazos estabelecidos para as convocações das reuniões, mediante
758 encaminhamento protocolado, através de correio eletrônico.

759 No § 6º existe uma incoerência, pois diz que a proposta de regimento interno deverá
760 apresentada e votada em reunião extraordinária, com antecedência mínima de 30 dias,
761 porém a convocação das reuniões extraordinárias tem a antecedência de 20 dias e com
762 quórum mínimo de 2/3. Sugeriu complementar com 2/3 dos membros com direito a voto
763 do FBCBH.

764 No § 7º e 8º acrescentar as expressões membros com direito a voto e lá em cima vai ser
765 definido quem tem direito a voto e se ficar claro isso pode ser suprimido, porque é 1/3
766 dos seus membros.

767 Walter sinalizou que Silvio fez várias contribuições/considerações e disse para ele ficar a
768 vontade para falar a qualquer momento. Silvio sinalizou que falará depois em outra
769 oportunidade.

770 No §12 que refere-se a apresentação plano anual de trabalho do FBCBH na última
771 reunião ordinária do ano. Então se estar aí ou cumpre ou desconsidera.

772 No artigo 13º, § 1º descrever o prazo de colocação desse requerimento de urgência.

773 Miriã Caetano da Silva – SECEX pontuou que em relação à reunião extraordinária o
774 caráter dela já diz, então nos conselhos tem um prazo menor que são de sete dias em
775 razão da urgência, porque o extraordinário já prevê uma situação excepcional com
776 menor prazo. Deu a sugestão que disponibilize esse texto com as sugestões
777 apresentadas para os demais membros do FBCBH para que depois eles possam fazer
778 contribuições.

779 No artigo 20º foram observações /destaques para verificar se vai manter ou não, porque
780 não constava em outros regimentos internos.

781 No artigo 27º destacou que é preciso revê-lo, pois precisa definir o item anterior de
782 quem vai estar fazendo parte, porque você pode ser eleito para o FBCBH e depois
783 não ser mais o presidente do comitê e corre o risco até de você não ser mais
784 representante do FBCBH.

785 Finalizou que este regimento foi revisado por Joana da Luz em 2012, então diz que
786 está na hora de revisá-lo e atualizá-lo.

787 Anselmo Caires- CBH PASO sugeriu que encaminhe para todos os membros do
788 FBCBH a proposta de alteração do regimento, para que eles possam analisarem e
789 consultarem seus pares e propor contribuições para alteração deste regimento e
790 estabeleceu um prazo de 20 dias para receber as contribuições e marcar uma

791 plenária extraordinária específica para isso. Passou para o próximo ponto de pauta
792 referente ao ofício Circular do FFCBH encaminhado em 20 de fevereiro de 2020,
793 referente ao planejamento de 2020 e esperava receber o olhar dos comitês para que
794 o FFCBH exercesse de fato a representação dos comitês, mas salientou que não
795 recebeu nenhum a contribuição e sugeriu que esse ponto de pauta seja adiado e irá
796 reformular esse ofício circular e encaminhar para todos.

797 Marcos Bernardes – CBH FRABS sugeriu fazer uma consulta a ANA em relação aos
798 recursos dos procomitês, porque uma coisa é um planejamento bem feito, outra
799 coisa é diante da pandemia os comitês não conseguirem executar para além dos
800 problemas que já tem todo ano.

801 Thamires Gomes – CODIS/INEMA referente ao que Marcos falou se torna um pouco
802 inviável, porque as prorrogações foram feitas de todas as formas possíveis a ANA,
803 principalmente sobre as atividades do ano de 2019, onde nem todos os comitês
804 entregaram a planilha até ontem. Pontuou que os comitês deixam as discussões
805 muito para cima da hora, disse que recebeu planilha até ontem, porém ainda tem
806 comitê que não entregou. Precisa chamar a câmara técnica do CONERH, mas não
807 consegue porque tem prazo e até o final de julho se não conseguir finalizar os
808 comitês de bacias não vão ter recurso. Então assim, eles pedem todas as
809 modalidades, mas nem todos os comitês fazem atividades virtuais, nem todos os
810 comitês fazem as atas, nem todos os comitês possuem um quórum mínimo, por isso
811 fica muito complicado pedir uma prorrogação onde nem o mínimo é feito pelos
812 comitês. Entende que este ano teve a pandemia, que as atividades estão sendo
813 feitas virtualmente, mas isso não impede: de construir um plano de trabalho, um
814 plano de capacitação, um plano de comunicação, porque todo ano a conversa é a
815 mesma. Mas a intenção é que se consiga fazer o mínimo que a ANA está solicitando
816 este ano, as reuniões ordinárias, o quórum, as atas, capacitações virtuais e esse
817 mínimo está sendo complicado em alguns comitês. Pontuou que a CODIS conseguiu
818 prorrogar todos os prazos, porém é preciso que cada comitê este ano faça as
819 reuniões, a parte básica do comitê para funcionamento, o restante consegue ter
820 normalidade no Procomitês, pois não está se exigindo mais nada, além do básico. E
821 a CODIS vem solicitando aos comitês, porém não tem êxito. O último prazo dado

822 pela ANA para conseguir o recurso é até o final de julho para passar pela CTPPP e
823 passar pelo CONERH.

824 Miriã Caetano da Silva – SECEX pontuou que a situação do Progestão foi
825 excepcional, mas percebe-se que quando submete a câmara técnica tem muita
826 contribuição sendo dada a partir de agora. Então, disse que já sinalizou ao
827 Secretário que a situação de ad referendum é excepcional do excepcional e não
828 deverá ocorrer. E disse a ele que o Procomitês não terá isso, porque tem o prazo
829 prorrogado da ANA.

830 Marcos Bernardes – CBH FRABS de fato disse que é solidário, porque tem
831 acompanhado a quantidade de cobranças via e-mail e aí realmente tem que haver
832 algum mecanismo de controle dessa situação, porque quem faz as suas tarefas não
833 pode ser penalizado ou prejudicado por quem não fez. Então nesse sentido está se
834 referindo a comitês que já cumpriram as tarefas anteriores e não possuem
835 pendências e vejam muito provavelmente esse não é um cenário só na Bahia.
836 Outros comitês Brasil a fora também não vão ter tempo hábil suficiente para
837 executar os recursos do procomitês em 2020, por isso que falou para ver se existe a
838 possibilidade de em vez de ter que executar o recurso até 31/12, saber se pode
839 executar até algum período do ano que vem.

840 Thamires Gomes – CODIS /INEMA disse que isso é tranquilo, pois o recurso fica na
841 conta e tem ciência que pode. O que a CODIS não sabe ainda é se vai conseguir ter
842 recurso esse ano e qual vão ser as pendências desse ano. Ressaltou mais uma vez
843 que o mínimo os comitês devem fazer esse ano e que a ANA está solicitando. Os
844 comitês precisam ter responsabilidade com o Procomitês.

845 Anselmo Caires – CBH PASO disse que isto está tornando prejudicial para aqueles
846 que já fizeram e pontuou que quem não fez ainda, sabe que todo mundo tem seus
847 afazeres e prioridades particulares, pois o comitê é voluntário, mas não tem mais
848 cabimento de planejar pelo menos o mínimo, já foram dado três prazos e não
849 cumprirem. Por outro lado é bom salientar a desmotivação das pessoas, porque os
850 recursos do procomitês estão aí nas contas do Estado e não está tendo condição de
851 usar da melhor forma possível, não está chegando a contento nos comitês. Tem

852 alguns comitês inclusive que não querem nem ouvir falar na palavra procomitês pelo
853 pavor que já tem.

854 Thamires Gomes – CODIS /INEMA sinalizou que vários comitês solicitaram viagens
855 para capacitações, não foi só o ENCOB que foi custeado pelo procomitês, como
856 presidentes também foram para outras reuniões pelo procomitês. Então muitos
857 comitês só solicitam viagens, então não tem como dizer que não está sendo
858 atendido. Tem alguns comitês que estão com solicitações de equipamentos, o
859 problema dos equipamentos esse ano foi que teve um decreto de contenção por
860 causa do COVID e isso está empatando as compras dos materiais. As demais
861 solicitações foram atendidas pelos procomitês.

862 Miriã Caetano da Silva – SECEX pontuou que a SECEX está a disposição se for preciso
863 formalizar em um outro momento e agora começa a se preocupar com os prazos de
864 encaminhamento, a Câmara técnica é um espaço interessante para ser discutido e
865 aberta a participação de todos, prévio a plenária do CONERH, pois ali que discute,
866 define relatoria. E ainda que aja ad referendum, é necessário uma apresentação ao
867 Secretário para que ele conheça os dados e números. Ressalta que possui prazos
868 regimentais para convocar a câmara técnica e os conselhos.

869 Thamires Gomes – CODIS/INEMA esclareceu que o procomitês não vai ser ad
870 referendum , os prazos da ANA serão seguidos, assim como os prazos do CONERH.

871 Ana Odália – CBH PIJ pediu desculpas novamente, pois é sozinha para fazer e ficou de
872 mandar a um tempo, mas não estar dando conta de fazer, apesar do comitê do PIJ ter
873 muita gente, mas infelizmente tem esses problemas e a secretaria do comitê nunca
874 funcionou. Mas ainda hoje ou amanhã se comprometeu em encaminhar as planilhas dos
875 comitês. No que se refere à questão do planejamento e em relação às despesas do
876 procomitês, que primeiro nesse momento de pandemia a única coisa que pode ser feita
877 é justamente formação e a questão da comunicação, porque não pode-se fazer mais
878 nada. NO CBH PIJ tinha se colocado o planejamento de 2019 e jogado para agora 2020,
879 só que já se sabe que essa proposta não vai poder ser executada que são as petições
880 as comunidades ribeirinhas, mas esse é um trabalho que já está pronto, mas não foi
881 executado em 2019, mas pretende-se executar assim que a pandemia acabar. As outras

882 questões têm sim como fazer, porque não requer tanto recurso, devido a esse momento
883 de pandemia as reuniões estão sendo virtuais, então as despesas que tem são de
884 internet, equipamentos, que particularmente está usando as dela, o Governo não deu
885 nada, nem um notebook e nem acesso a internet. Mas tem pessoas que não tem.
886 Propôs que pudesse fazer um seminário on line e hoje em dia está participando de
887 vários seminários e eles estão até melhores agora, porque tem condições de convidar
888 uma pessoa de outros países e tem pesquisadores e professores renomados que estão
889 se colocando a disposição. Então sugeriu que seja montado esse seminário de forma
890 virtual. E disse que deve em outra ocasião voltar a discutir sobre a questão da
891 descentralização financeira da gestão que está agora na mão do INEMA, porque se
892 sabe que a burocracia do Estado para chegar um recurso para o extremo sul é difícil e
893 também não conseguirá nem gastar o recurso do procomitês, por conta das dificuldades
894 da gestão mesmo.

895 Miriã Caetano da Silva – SECEX pontuou que este foi um ponto que já se decidiu ter um
896 momento, porque já vai dar 14h e não tem mais condição de continuar e pode ser que
897 tenha algumas informações que nesse pouco tempo possa ser colocado. Então a
898 proposta é que esse assunto fique para outro momento e isso compromete o andamento
899 da reunião.

900 Anselmo Caires – CBH PASO pontuou que a reunião foi proveitosa e foi a primeira
901 reunião virtual do FBCBH, é preciso aperfeiçoar mais, mas por ser a primeira foi positiva
902 e agradeceu a presença e a tolerância de todos. A reunião foi encerrada e esta ata será
903 assinada por todos os membros presentes. Salvador, 30 de julho de 2020.

904

905

906 Membros Presentes:

907 Comitê Sobradinho: Francisco Ivan de Aquino

908 Comitê Rio de Contas: Rita de Cássia Silva Braga

909 Comitê Grande: Demóstenes da Silva Nunes Júnior

- 910 Comitê Grande: Saul de Souza Cavalcanti Reis
- 911 Comitê Recôncavo Norte, Inhambupe: Sérgio de Almeida Bastos
- 912 Comitê Paraguaçu: Silvio de Sousa Santos
- 913 Comitê Paraguaçu: Ismael Nascimento de Medeiros
- 914 Comitê Salitre: Manoel Ailton Rodrigues de Carvalho
- 915 Comitê Salitre: Walter Guerra da Silva Filho
- 916 Comitê do Recôncavo Sul: Silvio de Sousa Santos
- 917 Comitê PIJ: Ana Odália Vieira Sena
- 918 Comitê FRABS: Marcos Eduardo Cordeiro Bernardes
- 919 Comitê Rio Verde Jacaré: Ednaldo de Castro Santos
- 920 Comitê Itapicuru: Gustavo Hees de Negreiros
- 921 Comitê Itapicuru: Ronald Miranda de carvalho
- 922 Comitê Itapicuru: Uilson Pablo Sá Rebelo de Araújo
- 923 Comitê Paramirim e Santo Onofre: Anselmo Barbosa Caires
- 924